



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI N 46/2021 24 DE SETEMBRO DE 2021

Institui a obrigatoriedade de divulgao dos Conselhos Municipais na página da Prefeitura na internet.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GUARÁ/SP**, no uso de suas atribuies legais;

1

### **APROVA:**

Art. 1. Fica instituída a obrigatoriedade de divulgao na página da Prefeitura na internet, de informaes dos Conselhos Municipais para assegurar a transparência da gestão e o acesso aos cidadãos.

Art. 2. O espaço destinado aos Conselhos Municipais deverá divulgar:

- I – A composio de cada conselho com nome dos integrantes titulares e suplentes, cargo e instituio ou órgão que cada membro representa;
- II – Dados para contato com o conselho (telefone, e-mail e endereço);
- III – Calendário anual contendo as datas de reuniões a realizar-se;
- IV – Horário e endereço do local onde ocorrem as reuniões;
- V - Arquivos contendo as atas das reuniões, editais, resolues e deliberaes aprovadas.

 1. Os arquivos citados no inciso V deverão ser disponibilizados até 10 (dez) dias úteis da data de expedio.

 2. Os documentos devem ser salvos em formato pesquisável, em arquivos individualizados e nomeados de acordo com o seu conteúdo.

Art. 2 - Deverão ser disponibilizados arquivos de todas as reuniões ocorridas desde o início do respectivo Conselho.

 1. Esses arquivos deverão ser disponibilizados em até 60 (dias) teis da data da publicao desta Lei.

Art. 3 - A Câmara Municipal deverá disponibilizar em seu site oficial um ícone denominado “Conselhos Municipais” redirecionando os usuários de sua página para o link da Prefeitura Municipal.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicao.

Câmara Municipal de Guará/SP, 24 de setembro de 2021.

Flávio Roberto Chaude  
Vereador



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## JUSTIFICATIVA

A participação social é imprescindível para o exercício da cidadania. Afinal, o contato dos cidadãos com a esfera pública, em todos os seus âmbitos, aproxima-os de processos, ações e políticas públicas que dizem respeito às suas vidas e impactarão no seu dia a dia. Muitas pessoas se sentem incapazes, de mãos atadas frente às decisões do poder público. Mas existe uma saída: participar.

Os conselhos municipais, também chamados de conselhos de políticas públicas, são uma das ferramentas que possibilitam aos cidadãos uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas no Brasil. Infelizmente, é possível que a população em geral quase nunca ouviu falar desse tema. É porque os conselhos de fato são pouco divulgados e, conseqüentemente, ficam invisíveis para boa parte da população.

A participação popular é garantia constitucional nas áreas de seguridade social, educação, entre outras. Por isso, normalmente existem vários conselhos em um único município, pois cada um trata de uma área diferente do interesse público, como: educação, saúde, infância e juventude, direitos da mulher, mobilidade urbana, meio ambiente, entre outras. Nesses espaços, a sociedade civil pode intervir na implementação de políticas públicas, questionar seu funcionamento e propor alterações e melhorias. Afinal, é o povo que sente as conseqüências das medidas do poder público.

Dessa forma, o objetivo da proposta é possibilitar maior transparência sobre o trabalho dos Conselhos Municipais, facilitando o acompanhamento e a participação dos cidadãos. Além disso, a norma atenderá ao princípio da publicidade dos atos administrativos de que trata a nossa carta magna.

O Projeto de Lei ora apresentado é muito importante, pois ressalta um dos princípios basilares da Administração Pública que é a Publicidade (art. 37, caput da Constituição Federal).

De acordo com a justificativa do projeto, pretende-se tornar o trabalho dos Conselhos Municipais mais transparentes, facilitando o acompanhamento e a participação dos cidadãos.